

Ata da 14ª reunião ordinária do CMDCA/8ª gestão realizada aos dezesseis dias do mês de março de 2007, às 09h no auditório da Casa da Inclusão com a presença de conselheiros e convidados. O presidente Lindomar informou que as atas das reuniões 13ª ordinária e 2ª extraordinária não foram lidas por não estarem conclusas e serão encaminhadas aos conselheiros para posterior aprovação na próxima reunião. Em seguida, deu posse às seguintes conselheiras: Marlene Lúcia da Silveira, como suplente representando a Secretaria de Governo e Articulação Institucional – SGAJ em substituição à Raquel Vocelli Neves. Maria Regina Fonseca Moreira Rezende como titular representando a Amac em substituição à Sandra Fortes. Também foi empossada a conselheira Marluce que já representa a Secretaria Municipal de Educação e que passa de suplente a tutelar. Depois, o presidente passou para os demais pontos de pauta que foram: o plano de ação e de aplicação do CMDCA cujas ponderações foram feitas por Claudia Stumph que disse que a Mesa Diretora em reunião e com a participação e colaboração da funcionária da gerência de Promoções da Cidadania, Glória Coelho discutiram esse assunto. Já em outro momento, Glória, Lindomar e Cláudia se debruçaram sobre o PPA 2006-2009 para mapearem as ações referentes à criança e o adolescente no município. Cláudia comentou que o Plano de Ação de 2006 foi repetido para 2007 e que teve somente duas novas ações. Todavia, há no Plano algumas ações que estão contempladas e que não constam no PPA como: Programa e Projeto de Apoio à Adoção; Liberdade Assistida, Atendimento Jurídico e Social para Adolescente Infrator. Além disso, o CIA (Centro de internação do Adolescente) consta no PPA como sendo uma ação do município e não é. É competência do Estado. Cláudia disse que a Secretaria Executiva irá digitar todas as ações contidas no PPA e que há a necessidade de separar as que estão contempladas em outros orçamentos. Cláudia ressaltou que os recursos do Fundo não devem ser somente para financiar projetos. Nesse ano, o Fundo extrapolou todas as arrecadações dos anos anteriores e que ainda está apontando novas empresas que querem contribuir com a causa da criança e do adolescente. Cláudia disse que a elaboração do Plano requer tempo e estudo, mas que espera que ele possa ser apresentado na próxima plenária para conhecimento e discussão. Wania Xavier disse que esse é o momento de clarear mais as ações, resumi-las e estabelecer prioridades com ações mais efetivas e eficazes. Rita Fajardo disse que a comissão que estuda o Orçamento da Criança e do Adolescente – OCA – está sendo a LOAS e identificando as ações exclusivas e as não exclusivas que se referem ao segmento infanto-juvenil. Cláudia disse que para evitar retrabalho, a comissão do OCA pode se reunir com as pessoas que estão trabalhando no Plano de Ação. Lindomar disse que o objetivo da Comissão do OCA é diferente, pois sua meta é mostrar ao Planejamento da Prefeitura o que deve ser levado em conta. E o plano tem por objetivo as ações para 2008. Outro ponto de pauta discutido foi a apresentação de novo modelo de projeto à ser apresentado às instituições, e o qual elas apresentarão quando forem requerer aprovação do CMDCA. Cláudia procedeu a leitura do modelo cuja cópia foi repassada aos integrantes da plenária que acompanharam e cujos destaques foram feitos por Wania Xavier nos itens Utilidade Pública e no orçamento. Rita Fajardo fez no item Fonte de Financiamento. Wania pediu esclarecimento do motivo de estar se pedindo a utilidade pública municipal, estadual e federal para as entidades. Cláudia respondeu que não há explicação técnica para isso. E que para fins de registro no conselho e para convênio com o município é exigido. Lindomar relatou que as entidades que possuem as Utilidades em todas as esferas podem ser beneficiadas com 20 % da contribuição patronal. Wania sugeriu retirar do modelo o subitem

